



**CADERNOS DE
SUBJETIVIDADE**

2 0 1 3

São Paulo . ano 10 . nº15
Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade
Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Cadernos de Subjetividade é uma publicação anual do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP

Cadernos de Subjetividade / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP –vi, n.1 (1993)–
— São Paulo: o Núcleo, 1993 —

Anual

Publicação iniciada em 1993, suspensão de 1998 a 2002 e de 2004 a 2009

2003: publicado apenas um fascículo sem numeração

2010: retoma a publicação com numeração corrente n.12

ISSN 0104-1 231

1. Psicologia — Periódicos 2. Subjetividade — Periódicos.

1. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade

CDD 150.5

Conselho Editorial

Gisella Hiche

Grasiele Sousa

Altieres Edemar Frei

Rafael Domingues Adaime

Peter Pál Pelbart

Conselho Consultivo

Celso Favaretto (USP), Daniel Lins (UFC), David Lapoujade (Paris I-Sorbonne – França), Denise SaneAnna (PUC-SP), Francisco Ortega (UERJ), Jeanne-Marie Gagnebin (PUC-SP), John Rajchman (MIT – USA), José Gil (Universidade Nova de Lisboa – Portugal), Luiz B. L. Orlandi (Unicamp), Maria Cristina Franco Ferraz (UFF), Michael Hardt (Duke University – USA), Peter Pál Pelbart (PUC-SP), Pierre Lévy (University of Ottawa – Canadá), Regina Benevides (UFF), Roberto Machado (UFRJ), Rogério da Costa (PUC-SP), Suely Rolnik (PUC-SP), Tânia Galli Fonseca (UFRGS).

Projeto Gráfico e Capa

Yvonne Sarué

Revisão de Texto

Ana Godoy

Agradecimentos

André Domenico, Damian Kraus, Milena Durante, Maria Fernanda Novo, Nildo Avelino, Melissa Quirino Scanhola, Gavin Adams, Henrique Parra, Renato Aymberé, Angélica Del Nery.

Endereço para correspondência

Cadernos de Subjetividade

Pós-Graduação em Psicologia Clínica

Rua Monte Alegre, 984, 4º andar

CEP 01060-970 Perdizes. São Paulo – SP

nucleodesubjetividade@gmail.com

<http://cadernosdesubjetividade.wordpress.com/>

Índice

Apresentação	5
Roda de conversa sobre estratégias de Redução de Danos e demais contextos relacionados às terapêuticas e políticas públicas sobre drogas Altieres Frei e Vilmar Santos + Centro de Convivência É de Lei	6
Subjetividades drogadas Antonio Lancetti	37
Comentários sobre o gosto, a conversa e o passeio na Clínica Osvaldo Saidón	44
Deriva [entrevista] Olivier Apprill e Peter Pál Pelbart	54
Douceur/Suavidade Paula Francisquetti e Olivier Apprill	67
Jangada Fernand Deligny	89
Extradisciplinaridade em São Paulo John Rajchman	91
Tempo, liberdade e emoção [entrevista] David Lapoujade	109
Segundo corpo Florin Flueraș	115
O segundo corpo e o fora múltiplo Alina Popa	123
A estética do pesadelo: drogas e literatura no século 19 Marcus Salgado	134
“Anopodokotolotopadnodrome” Lucio Agra	147
Performance e escrita performática Denise Pedron	158
Uma alma livre, ou dois dias na nau do Ueinz Patrícia Mourão	168
Xamanismo e performance na criação do espetáculo Ka, de Renato Cohen Samira de Souza Brandão Borovik	173
Por uma antropologia das vidas menores Fabienne Martin	184
15M e novas expressões da política [entrevista] Xavier Toret e Bernardo Gutiérrez	193
A máscara de V, as manifestações e o Metrô de SP Altieres Frei	216
Crise coletiva e desenraizamento subjetivo Daniel Colson	227
Tristeza não tem fim felicidade sim Paula Francisquetti	247

Após alguns dias de discussões e troca de experiências entre ativistas espanhóis e brasileiros, resolvemos gravar uma entrevista que nos ajudasse a sistematizar parte das reflexões e questões que emergiam nos debates. Naquele momento, janeiro de 2012, muitos grupos refletiam sobre as experiências ocorridas no ano anterior. No exterior, observamos o levante popular nos países árabes, os indignados na Espanha, o movimento Occupy nos EUA, as greves na Grécia e as inúmeras ações de resistência às políticas de austeridade postas em prática em resposta à crise do capitalismo financeiro de 2008. Em 2011, no Brasil, houve uma onda de manifestações de rua, Marcha da Maconha, Marcha da Liberdade, Ocupas de praças em diversas capitais, mas também um conjunto de manifestações de grupos indígenas, movimentos ambientais e expressivas greves de trabalhadores (as mais visíveis foram nas grandes construções de usinas hidroelétricas no Norte e Nordeste).

Reunimo-nos em São Paulo, no final de janeiro de 2012, para realizar o registro da entrevista com Xavier Toret e Bernardo Gutiérrez, ambos espanhóis e militantes em diferentes movimentos. Toret esteve envolvido com os movimentos autonomistas das lutas anticapitalistas do final dos anos 1990, na criação do Indymedia Estrecho¹, nos movimentos pela neutralidade da rede e democratização do acesso à informação e cultura junto à X-net². É colaborador na Universidade Nômade e desenvolve estudos na interface dos campos da psicologia, política, filosofia e tecnologia. Nos últimos anos, participou ativamente da rede Democracia Real Já e do 15M³. Bernardo Gutiérrez é jornalista de pautas sociais e políticas. Atualmente reside no Brasil, nos últimos 10 anos acompanhou diversos movimentos sociais na América Latina. Na Espanha, participou das assembleias populares e agora no Brasil tem contribuído nos movimentos de cultura livre e na difusão de práticas e tecnologias organizacionais junto aos protestos recentes.

É no atual contexto das “Jornadas de Junho” de 2013 que resolvemos publicar este material. Pela necessária agilidade do momento, optamos por manter a oralidade do texto, sem muitas alterações na forma das narrativas. Fizemos alguns cortes para sintetizar trechos muito longos e para destacar aqueles conteúdos que consideramos mais pertinentes nas intervenções. De toda forma, disponibilizamos na internet⁴ o áudio integral da entrevista. Acreditamos que muitos dos problemas abordados nesta conversa, ainda em 2012, apontam para questões semelhantes àquelas que hoje estão colocadas para as novas dinâmicas sociais que emergiram a partir das mobilizações pelo transporte público, protagonizadas pelo Movimento Passe Livre.

Gavin Adams e Henrique Parra

1 O coletivo Indymedia Estrecho (<http://www.indymedia.org>) para articulação de grupos sociais

15M e novas expressões da política

Gavin Adams e Henrique Parra entrevistam Xavier Toret e Bernardo Gutiérrez

Henrique Parra (HP): Vocês poderiam comentar um pouco sobre o contexto de 2008 e sua relação com o movimento que levou às ocupações das praças?

Xavier Toret (XT): Na Espanha, havia uma crise das instituições vigentes, que regem o governo. Uma crise na democracia representativa. Não por acaso, em algum momento fizeram o *slogan* “no nos representan”. Também havia uma crise muito forte na esquerda, tanto no Partido Socialista (que para mim não é de esquerda) quanto na esquerda unida dos sindicatos “de classe”. Então, essa crise de representação tem movimentos de muitos tipos, mas a verdade é que, nos últimos anos, cresce um movimento muito importante na internet contra a lei Sinde⁵ e contra a regulação da internet. Cria-se assim uma cultura política na rede onde muitas pessoas se vinculam a esse movimento. São pessoas formadas em jornalismo, direito... É uma nova cultura política em torno das redes sociais que, de alguma maneira, começa a questionar parte do que estava se passando no país. Tudo isso produz vários processos de politização interessantes.

Bernardo Gutiérrez (BG): Por conta da lei Sinde, houve uma revolta na internet. Um movimento forte de articulação. Articulação política de pessoas da internet, blogueiros, pensadores, advogados, lutando

e potencialização da comunicação e difusão de informações das lutas que aconteciam no Sul da Espanha e Norte da África, mais relacionadas aos temas da imigração.

2 A X-net atua na promoção da Cultura Livre e no combate a expansão dos direitos de propriedade intelectual sobre os bens culturais. Veja <<http://es.wikipedia.org/wiki/X.net> ou <http://whois-x.net/>>

3 A rede Democracia Real Ya – DRY (<http://www.democraciarealya.es/>) constituiu-se como uma plataforma cidadã que agrupou diversos grupos e uma multidão de indivíduos em torno de reivindicações pela reforma do sistema político, contra as medidas de austeridade fiscal e por direitos sociais. O 15M (15 de maio de 2011) foi um dia de ação de massas convocado por diversas redes atuantes na Espanha naquele momento. Veja também Toma las Plazas (<http://tomalaplaza.net/>), movimento dos afetados pelas hipotecas (<http://www.stopdesahucios.es/>), entre outros.

4 Áudio disponível em: <<https://archive.org/details/15Mpolitica>>

5 A Lei Sinde foi aprovada em 6 de março de 2011. Ela estabelece penas mais rigorosas contra a violação de direitos autorais e cria mecanismos extrajudiciais que facilitam o fechamento de sites acusados de difundir bens culturais que violem os direitos de propriedade intelectual.

contra uma lei que a gente achava injusta. Foi uma primeira articulação de pessoas falando – grupos, ONG – contra os políticos. Essa estrutura do 15M não teria sido possível sem essa estrutura digital prévia... uma revolta digital contra esse governo que não entendeu nada.

XT: Havia muitos antecedentes. Mas acho que um acontecimento muito importante foi o de 11 a 13 de março de 2003, em Madrid, depois dos atentados no metrô Atocha, quando o governo do PP disse que foi o ETA. Então a sociedade civil se comunicou com celulares. Era um momento de inteligência coletiva para ir protestar em toda a cidade de uma maneira auto-organizada e com a capacidade de agir como um só corpo, um só cérebro... para protestar contra o que era uma tentativa de cancelar as eleições, por parte de PP. Já em 2011, era muito importante o efeito global das revoluções árabes, tudo o que estava acontecendo na Grécia e em Portugal, na Inglaterra. Uma série de movimentos que soltaram no ar a revolução retransmitida através de redes sociais, como fazia o Egito.

BG: Também teve a inspiração da Islândia. Por que, de repente, um país que não quer pagar os banqueiros políticos se dá bem? As pessoas estão bem informadas. Na Espanha, a galera está muito bem informada e os jovens estão superanteados. Eu me lembro que, quando eu era criança, nos anos 1970–80, o movimento de vizinhos, nas periferias da Espanha, de Barcelona, Madrid, era superforte, e isso foi apagado, acabou. As prefeituras, o capitalismo, conseguiram que os movimentos vicinais ficassem isolados, que ninguém falasse com ninguém. Mas isso voltou, explodiu com essa rede de tecnologias, pessoas conectadas. Esses movimentos voltaram pra rua de novo.

HP: Ainda assim, a maneira como eclodiu foi uma relativa surpresa. Vocês poderiam comentar um pouco sobre os grupos que estavam atentos ao processo, fazendo essa mobilização e anunciando, inclusive para outros movimentos de esquerda, dizendo “olha, estamos preparando isso, isso vai acontecer”, mas parece que esses movimentos não apostaram.

XT: Foi um caso de cultivo nos meses e anos anteriores, mas acho importante a campanha Democracia Real Ya, que funcionou como a plataforma que conseguiu vincular a atenção de milhares e milhares de blocos, de pequenos grupos, todos os usuários ativos de internet e rede social na Espanha. O guarda chuva da politização era muito amplo, não era uma coisa

fechada, era uma ideia muito mais porosa, era muito fácil simpatizar e incorporar. Não era uma campanha aberta que alguém fazia, era uma campanha aberta que você incorporava para que você a montasse em um local e fizesse parte dela. Era uma semana antes das eleições, havia uma série de reivindicações, havia uma estratégia de como sair nas ruas, romper com as identidades prévias que as pessoas tinham. Então, fundamentalmente, o que a campanha conseguiu foi uma capacidade de penetração incrível. Todas as redes sociais tiveram muita presença: Youtube, Twitter, Facebook. Em todas começamos a crescer muito rápido. Isso foi criando um estado de ânimo coletivo dessa indignação e capacidade de dizer “podemos ir da rede para as ruas”. Porque muita gente dizia “um movimento de internet nunca vai passar para a rua”, “não vamos conseguir”.

BG: Então todo mundo saiu do Actuable⁶ para o Facebook, e começaram a marcar às sextas feiras, nas praças das cidades, falando: “estou puto, isso está uma merda e quero mudar”.

XT: A ideia não era tomar a praça antes de 15 de maio, mas construir uma grande campanha de comunicação social e viral que fosse também uma estratégia para sair às ruas, e construir um espaço de autonomia que fosse apartidário e sem sindicatos, o que correspondia a um dos três eixos da campanha: que fosse pacífico e não violento, apartidário e sem sindicato. *Democracia real ya*: não somos mercadoria nas mãos de políticos e banqueiros. Essa era uma crítica também ao sistema partidário e sua incapacidade de escutar a demanda do cidadão. Uma crítica ao sistema econômico financeiro que estava impondo uma direção única, uma política de direita que não enfrenta os privilégios dos grandes. Aí a campanha começou. Criou-se um movimento pós-midiático, um movimento sem nenhuma presença nos meios de comunicação de massa, mas que teve a capacidade de atravessá-los e, através das redes sociais, atingir as pessoas em muitos canais. Criou-se uma sensação de empoderamento distribuído e a vontade de sair às ruas.

BG: Não queremos ir contra a imprensa, mas a manifestação do 15M não apareceu em mídia nenhuma, nenhum jornal, ninguém. Eu tenho amigos do *El País*, do *Publico*, que publicaram um pouquinho depois. O *Washington Post* publicou uma grande capa um dia depois e aí todo mundo já ficou antenado. Depois do 15M isso mudou bastante.

⁶ O Actuable é a versão espanhola da Plataforma Change (<http://www.change.org/es>), que oferece ferramentas para realização de petições online e dispositivos para mobilização social nas redes.

XT: As pessoas entenderam que não precisavam de intermediários para se organizar. Através de convocatórias, grupos e redes sociais começaram a participar de assembleias. Por exemplo, antes do 15M já havia mais ou menos 50 ou 60 assembleias do DRY (Democracia Real Ya). Foi uma estrutura prévia que se lançou, mas o efeito da convocatória foi tão amplo que as pessoas extrapolaram as previsões do chamado. Apareceu uma multidão que fez sua manifestação, se apropriou e difundiu também “a política é nossa”, “não queremos um partido que nos represente”, “nós mesmos podemos dizer o que queremos”, “aqui não há ninguém que represente essa vontade social”.

XT: Essa capacidade de utilizar estrategicamente as distintas redes que havia nesse momento é uma novidade que tem um corte geracional e cerebral. Há uma geração mais analógica que está geralmente vinculada às instituições de poder e uma nova geração formada na internet que tem um pensamento crítico muito forte e que agora tem a capacidade de organizar-se para conseguir coisas. E aí está o problema: as mentes analógicas e pós-alfabéticas são difíceis de conversar. É difícil para a esquerda, que demorou muito para comunicar-se com a nova geração de jovens. Não falam sua língua, não falam uma linguagem dos meios digitais, que constrói comunidades e circula mensagens. E o movimento nasceu também aí, nessa bacia de uma nova forma de estar em sociedade e romper a hegemonia da televisão como o principal veículo de gestão da sua vida.

BG: Acho importante falar do espaço público e da participação cidadã, porque a Espanha, que é um país de rua, mediterrâneo, de convivência nas ruas, foi virando um país capitalista, com as marcas corporativas tomando os espaços. Tudo se torna bloqueado, as prefeituras proibindo tudo o que era reunião na rua. O 15M resgatou esse setor comum cidadão, essa cidade de código aberto, para o povo, um espaço comum não estatal. Já tinha um movimento forte nos três ou quatro últimos anos para resgatar o espaço público, apropriado por instituições e por marcas.

HP: Como se comunicam essas gerações? Essa não comunicabilidade levanta questões sobre uma não transmissão de uma experiência histórica. De um lado, o que vocês chamam de velha esquerda parece ter dificuldade para compreender essas novas práticas, por outro há também uma séria preocupação de que isso não vire um novo fascismo.

XT: O 15M critica muitas coisas, não é (risos)? O central é a crítica à democracia representativa, em que falta democracia para participar dos canais que existem e que estão basicamente bloqueados, ameaçando a soberania do povo. O controle da sociedade está nas mãos de políticos e banqueiros, não há opções. Por outro lado, há uma crítica sobre como devem ser as formas e conteúdos da democracia. Como está a gestão das decisões sobre como viver a crise? Que caminho tomar, o da Grécia ou da Islândia? Parece que vamos seguir o caminho da Grécia, não há nenhum partido que realmente enfrente isso. A Esquerda Unida, por exemplo, faz mais uma crítica à gestão capitalista da crise, mas não faz uma crítica profunda das formas de democracia, da estrutura de participação, dos fundos públicos mal distribuídos.

Gavin Adams (GA): O advento do neoliberalismo pegou a esquerda de surpresa. Depois da queda do muro de Berlim, o neoliberalismo trouxe, com discurso transformador, novas relações de trabalho precárias, onde o sindicato construído a partir do local de trabalho foi alijado. A indústria de serviços cresceu muito, as pessoas não se conhecem mais como trabalhadores, mas sim como perfis consumidores. Eu me lembro que estava na Inglaterra nessa época, e um dia, estava lavando pratos numa cozinha de restaurante, e a Margareth Thatcher leu um comunicado em rede nacional de televisão dizendo: “não existe sociedade, existem indivíduos. O meu governo é para os indivíduos”. A crise da representatividade é um forte componente que vocês trazem das jornadas espanholas. O que não é superclaro a partir de um ponto de vista de esquerda mais tradicional é se as novas mobilizações são sintoma da despolitização, portanto negativo, ou se é a produção de um novo, positivo. Essa ambiguidade se apresenta na expressão ser “contra os políticos” em geral, por exemplo.

BG: Acho que foi uma ação do coletivo contra o indivíduo isolado e uma crítica à democracia representativa em defesa da política como uma prática de todos, que deve ser feita nas ruas, nas redes sociais, de forma coletiva.

GA: Mas, por exemplo, a eletricidade não é universal no Brasil, o acesso à internet não é universal no Brasil. E se acontecer de o digital ter um limite econômico e ele tiver que conviver com economias analógicas? Porque os benefícios anunciados da sociedade digital ou de redes só se realizam se a totalidade da vida econômica for de rede ou digital.

Acomodações parciais podem ser do tipo democracia ateniense viabilizada pela escravidão.

XT: Acho que não é bom pensar em termos dicotômicos, mas em termos sinérgicos, já que o movimento foi muito sinérgico entre praças e internet, o que permitia que você voltasse para sua casa para descansar um pouco e você ainda continuava conectado com o movimento, não se desconectava nunca. A casa não era um espaço individualizado. Uma amiga minha conta que, antes do 15M, todo mundo estava muito deprimido, sozinho e, de repente, houve uma explosão de estar junto. Da alegria, potência e força de estar juntos na rua dizendo “não vão roubar todo mundo”. Então, foi a capacidade de reaprender e pensar que juntos podemos gestionar os problemas concretos que temos, como os cortes na saúde, na educação ou o problema de hipoteca e de falta de trabalho. Eu acho que esse também é um fator não digital, porque o digital é uma parte da circulação. Você não tem Twitter, mas tem um irmão que te explica e ele te explica o que ele viu no Twitter. Foi algo intergeracional, que não contou apenas com a presença de movimentos sociais. Uma amiga minha, que é professora, relatou como as crianças estavam desenhando manifestações na escola. Hoje eu li dois dados, um que dizia que o apoio ao movimento estava em torno de 70% da população e o outro que cerca de 6 a 8 milhões de pessoas se sentiam parte do 15M, o que, para uma população de 40 milhões, é um número muito alto.

XT: Outra coisa que eu acho interessante contar, mesmo saindo da nossa análise, é o que faz a manifestação do 15M se converter em um movimento. Nos dois meses anteriores ao 15M, se criou na rede um movimento subterrâneo. Na noite em que as pessoas decidiram ficar na praça, pois não tinham para onde ir e não queriam que a manifestação acabasse. O primeiro *twitter* de chamada para acampar na Praça do Sol – que foi o primeiro canal que permitiu ao movimento se auto-expressar – era “acampamos na porta do Sol, não vamos sair até que chegemos a um acordo”. Mas não sabíamos se era um acordo com o poder ou um acordo sobre para onde ir. Mas claro..., isso era uma piada, e, a partir daí, começamos a nos organizar e a chamar as pessoas à praça para que participassem e trouxessem café, porque seria uma noite fria. Esse perfil do *twitter* não tinha seguidores, mas aos poucos as pessoas passaram a seguir e no dia seguinte havia algo como 1.500 pessoas “seguindo” este perfil. E também começaram a se abrir outras praças. Mas o momento mais importante é quando

a polícia desocupa a praça. Os ocupantes haviam apresentado uma ideia de defender a praça e conquistá-la de maneira pacífica. A forma mais estratégica era todos ficarem sentados, agarrados e com muitos celulares e muitas câmeras filmando e batendo fotos para que a polícia tivesse que reprimir da maneira mais moderada e também para que pudessem avisar as outras manifestações, as outras pessoas que estavam acampadas, o que estava acontecendo ali. Afinal, todos olhavam a internet para saber o que estava acontecendo. Então, quando a polícia despeja as pessoas, a informação começa a circular por *twitter* e surge uma concentração para reconquistar aquela zona. A polícia cometeu o erro de acreditar que poderia bloquear o acesso à praça, e quando começou a bloquear a praça começou a vir gente de todos os lugares e rodearam a polícia, então foi um momento de reconquista da praça, um momento de dizer “estamos aqui”, um momento de empoderamento coletivo. E com isso, começa a se expandir para outras cidades, surgem “ocupas” em muita cidades, como Barcelona, Valência. Cria-se uma arquitetura da participação muito lógica: acampa-se na Praça do Sol, que tem seu *twitter* e sua *web* (rede *wifi* local), disponibiliza-os por toda a praça e todos retransmitem via *twitter*. De alguma maneira, é a mesma sequência: acampam, criam seus perfis na internet e passam a organizar a vida desse movimento para dizer como continuar. É um contágio tecnologicamente estruturado.

XT: Também foi importante porque era uma semana antes das eleições. Ficar na praça – o que era um ato pacífico – era desobedecer as instituições mais importantes do Estado, pois não se pode estar em praça pública no dia anterior às eleições porque deve ser um dia de reflexão. Então se deve estar em casa... e isso foi um ato de sobrevivência de massas. Uma coisa que eu digo, e que é importante quando se fala de internet, é que se comunicava a energia e alegria desses corpos com esse poder que tinham; essa dimensão afetiva de empoderamento coletivo contagioso que gerava o efeito de ver o que o outro fazia: “olha o vídeo que fizeram em Valência”. Era como um sistema emergente em que cada interação retroalimentava o organismo vivo que se criava nesse momento. Essa energia incrível de tanta gente interagindo para construir, de alguma forma, um poder novo que questionava o poder que nesse momento estava nas eleições.

HP: Tenho duas perguntas que estão um pouco amarradas. Há uma espécie de protocolo importante dessa plataforma que vocês já enunciaram que é

a questão de ser não partidária e não sindical, sendo que, o não partidário não quer dizer antipartido e o não sindical não quer dizer anti-sindical. Vocês podem esclarecer melhor essa posição? O outro ponto é sobre a passagem do “não nos representam” para um outro momento em que dizem “não vote neles”, sugerindo o voto nos partidos pequenos.

XT: O “não vote neles” é uma das partes finais do movimento contra a lei Sinde. Não era um movimento contra um partido, era um movimento contra os partidos que votaram a favor da lei Sinde. Muita gente do “não vote neles” estava também no Democracia Real Já. A colocação do movimento nesse triângulo de não sindical, apartidário e pacífico é importante, porque na verdade é um movimento que se desenvolve. Primeiro tem o Democracia Real Já, mas logo surge uma vontade de autonomia, então o DRY segue como um ator, mas há um processo de autonomia social muito forte, de cada grupo querer seus próprios conteúdos e sua forma organizativa. Mas esses princípios permanecem. Também acho importante dizer que os aspectos apartidários e não sindicais tem a ver com uma espécie de neutralidade, no sentido de que você pode gostar mais de um partido minoritário, mas o que une a nós todos não é o que você gosta, mas sim o que temos em comum, então não fazia sentido apoiar um partido pequeno e outro não, um sindicato sim e outro não. Era importante ressaltar essa autonomia cidadã, uma autonomia das pessoas para se organizar politicamente sem ter que depender das estruturas prévias, porque alguns podem gostar de um sindicato, mas outros não. Esse apartidarismo e não sindicalismo permitiu a convivência com pessoas de sindicato, mas a questão era deixar de lado as identidades e as bandeiras prévias, o que levava a uma produção de outra subjetividade, de algo comum, algo que nos unia mas fazia com que cada um tivesse sua própria visão sobre o assunto. Não era uma ideologia unificante para todos, mas sim um espaço comum de participação, em torno de critérios muito claros e com demandas bastante básicas. Isso foi muito importante para que os sindicatos não tentassem cooptar o movimento. Havia pessoas que votavam em algum partido, mas isso não importava; não havia partidos ou organizações dentro do 15M.

HP: Essa foi uma questão também vivida nas ocupações de praças aqui no Brasil. Como foi essa negociação? Pode ou não pode ter bandeira?

XT: Nós fomentamos o que chamávamos de “bocadillo”, que era onde as pessoas escreviam suas próprias reivindicações. Também havia na

internet várias ferramentas e vários questionários a respeito dos lemas das reivindicações. Era uma preocupação em absorver as pessoas, possibilitar que elas pensassem seus próprios lemas. Nós, por exemplo, para as manifestações de Barcelona, fizemos muitos cartazes, mas não descartávamos aqueles que as pessoas tinham feito individualmente, colocávamos todos no chão e escolhíamos juntos quais nos agradavam mais. O lema do DRY era “não somos nem de esquerda nem de direita”. A intenção era chegar a um discurso que pudesse atingir a todos, por isso era muito aberto. E isso eu acho que foi algo incrível, porque na assembleia tinha gente que era votante do PP que estava totalmente de acordo com o movimento e acreditava que aquela era a única forma de mudar as coisas. Isso não era uma maioria, mas era impressionante, porque a mensagem estava atravessando um muro pré-concebido. Então o 15M era um ator político não classificável e que questionava todo o conjunto.

GA: Duas ou três questões que eu gostaria de abordar. Eu acho que essa coisa da não representatividade geral é muito potente. “Não temos representantes” e “não há meios de poder para representação” de certa forma pulveriza, dissolve e impede a ação de alguns aparatos clássicos de captura, porque não há o que capturar, não há comitê central para capturar. Então eu vejo uma força importante nessa não-representação, ou na crítica da representatividade. Afinal, não tem líderes, mas o poder é igualmente distribuído? Quem controla a comunicação ou faz programação é mais poderoso nessas organizações? Outra questão, mais genérica: crise, reforma, ou revolução? Na ausência de horizontes utópicos, como ficamos: é um presente perpétuo? A gente faz o possível, e o impossível vem depois?

XT: Havia uma bandeira que dizia: “por uma verdadeira transição na democracia”. Acho que aí tem elementos de questionamento e de explosão de um grau de divisão social e histórica desde o franquismo, em que as gerações que desejavam mudar o mundo foram assassinadas, exiladas ou humilhadas durante 40 anos, gerando uma ideia de nacionalismo católico muito forte. A transição foi uma grande mentira, porque diversos ministros da época do Franco se mantiveram em seus cargos. As grandes famílias de poder franquistas seguiram se mantendo. Isto é em parte o PP de hoje. A outra força são as pessoas que aceitam a transição (Partido Socialista). Todo esse sistema seria como um bloqueio do desejo de mudar as coisas, o desejo revolucionário de ter

uma politização radical e o questionamento do sistema social. O 15M, de alguma maneira, explode toda essa necessidade de comunicação e participação. É algo coletivo que me permite falar de política com alguém que não conheço.

BG: Antes era meio tabu. Não dava para falar de política nos bares, com desconhecidos. Não se arriscava falar de política porque se brigava, não dava pra falar. Então “estava tudo na felicidade, estava tudo ótimo”, “a transição foi perfeita”, “o rei era simpático”. Foi bom quebrar esse paradigma de transição perfeita.

XT: Acho que o que emergiu com o 15M foi uma forma de transformação social que não quer tomar o poder do Estado, ou seja, planeja mudar o mundo sem tomar o Estado através de partido político. O movimento não quer se converter em um partido político. Podia ter feito isso, mas não o fez, porque partia da ideia de dar poder e autonomia à sociedade frente ao poder em geral. Mas isso é muito difícil sem que haja o aparecimento de um movimento europeu, pelo menos, ou, então, global, para mudar algumas regras do jogo. O que o movimento pode fazer é se situar mais além do que enfrentou a esquerda dos anos 1990 em relação à tomada de poder. Isso pode deixar também muitas dúvidas, porque não temos o socialismo como modelo de novo Estado. De alguma maneira, nasce uma filosofia de autonomia de poder popular distribuído, de gestão comunal dos recursos, das decisões públicas, uma exigência de maior transparência e controle dos sistemas políticos por parte dos cidadãos. Mas não há uma utopia fechada.

HP: Como isso se traduz nos impasses que se colocam no movimento? Porque você disse uma hora que houve uma decisão de não se lançar como um partido. Não sei se isso foi realmente uma decisão ou se ausência de tempo para de fato colocar essas alternativas como possibilidades para o movimento. Para mim não está claro se isto chegou a ser uma questão, se isso era um horizonte ou foi uma questão conjuntural que criou essa situação.

BG: O 15M preferiu não ser um partido e ser um *lobby* forte, não um *lobby* empresarial ou econômico, mas um *lobby* cidadão, querendo resgatar esse poder político para a sociedade. O negócio é ser forte a partir da sociedade, partir da rede; tudo o que está acontecendo com

o ciberativismo, o Avaaz, o Actuable, é ser forte atuando a partir da periferia do poder político, convertendo essa periferia em centro.

HP: Você está falando muito de uma ativação dessa dimensão política, relacional e do espaço público, mas fala também de um cenário em que não há um ponto programático de convergência unitário, o que eu tomo como uma virtude, pois aí o movimento se mantém aberto ao conjunto de ações que estão orientadas por princípios comuns que podemos considerar progressistas. Ao mesmo tempo, isso coloca algumas questões, digamos, 'do dia seguinte', e eu queria saber quais são os impasses que se colocam. Pois observamos uma dinâmica que também é fluída, e me pergunto se, em um contexto de intensificação da crise econômica, um partido pode direcionar esse enxame para uma posição mais conservadora, um partido que surja com um programa bastante carismático, com soluções decisivas para a resolução dos problemas econômicos. Trata-se de uma decisão tática, no presente, mas o que ela significa em termos de uma estrutura de organização do movimento? Talvez vocês pudessem comentar um pouco sobre esses impasses que hoje estão colocados, já que houve eleições, a lei Sinde foi aprovada. Então qual é o cenário que está se colocando para vocês e para o movimento?

BG: Agora acho que é o momento de ser concreto, das pessoas começarem a pedir coisas concretas. E acho que tem muitas tentativas de achar um caminho de participação, cidadania, na prefeitura, na cidade, nos governos; cobrar transparência. Esses são os objetivos primeiros, mas no fundo eu acho que tem umas demandas mais profundas; expectativas de mudar de vez a política da sociedade. Mas é difícil explicar o que vai acontecer, acho importante o que aconteceu e as novas relações, micropolíticas, sociedades em rede e as novas formas de se organizar e de participar. Essas formas de participação híbridas rua/rede social acabaram criando um caminho que a gente ainda não sabe para aonde vai, mas criaram-se dinâmicas e novas relações entre pessoas, com ou sem tecnologia.

XT: Temos o movimento mais importante dos últimos 50 anos no país e, ao mesmo tempo, temos a maioria absoluta do partido mais conservador do país. Se esta no meio de uma crise econômica que é por um lado global, mas tem um caráter europeu muito forte. Por um lado, há instituições europeias cada vez menos legítimas. Há uma crise afetando não só a Espanha, como também a Alemanha, países importantes da

Europa. Uma grande parte já foi afetada por cortes realmente selvagens de todos os fatores que definiam o Estado de bem-estar social. Isso tem uma dimensão de crise constitucional europeia. Para mim, uma das encruzilhadas do movimento tem a ver com a capacidade de desafiar instituições europeias e suas decisões sobre gastos e suas políticas. É uma oportunidade de redefinir as regras do jogo da Europa, como uma *wiki* da constituição europeia, como fez a Islândia, uma constituição construída pelo povo em um movimento que se opõe a esta via suicida neoliberal que esta tomando o governo europeu. Acho que um dos enclaves mais importantes para o movimento 15M é construir um espaço europeu de conflito por uma redefinição do que é a democracia na Europa, que seja capaz de escrever uma constituição e que reforme as regras vigentes, que não são decididas por ninguém, a não ser o parlamento, a comissão e o Banco Central Europeu. Acredito que uma dificuldade do movimento agora é construir objetivos comuns e construir alianças com outros setores progressistas da sociedade. Me questiono se o movimento deve ter a capacidade de fabular como seria esse novo mundo, lançar o imaginário de como poderiam ser essas novas regras do jogo, o que possibilitaria lutar por ideias muito concretas, o que pode nos fazer avançar, mas é importante traçar horizontes mais gerais. Luta-se por coisas concretas de cada cidade: hipoteca, gente despejada das casas. É difícil focar no global, na Europa, na exportação do movimento, quando se tem tantas lutas diárias de pessoas usadas... Ou seja, estamos nessa dúvida do que fazer no curto prazo. Mas acho que o 15M sempre teve esse lado, teve o 15O, teve o de julho, depois apareceu o *occupy*; a galera pensou “vamos exportar isso, isso é global”. É uma aldeia global governada por piratas com grana nos paraísos fiscais, com ricos que a cada dia pagam menos impostos. Não tem uma receita política ou de um movimento. É uma coisa mais complexa e mais simples ao mesmo tempo. Porque a gente pensa, “porque a gente não regula essa merda de impostos e Ilhas Cayman e essas porcarias”.

HP: Isso acaba resgatando uma tradição dos dias de ação global. Porque a gente fala do 15M, mas não fala do A20, do S26⁷, em que há um pouco desse pensamento de acontecimentos pontuais, mas com capacidade de irradiação para além daquele momento. Como é que vocês pensam isso? É uma atualização dos planos de luta? Porque as pessoas que participam desses movimentos também tem uma memória

7 Referência aos Dias de Ação Global, 20 de abril de 2001 (Quebec), 26 de setembro de 2000 (Praga).

de lutas. Ao mesmo tempo, vocês comentam que as pessoas que passaram por esse momento de luta anticapitalista, antiglobalização não tiveram uma adesão imediata a esses movimentos.

BG: Há 10 anos tinha um movimento antiglobalização, na América Latina e na Espanha, muito forte, mas pouco conectado. Só havia blogs isolados, o Indymedia, mas não podemos comparar. Agora é impressionante. Eu me lembro do último Fórum Social Mundial que eu vivi, em 2004 ou 2005. Era forte, incrível, gente do mundo inteiro, mas não tinha essa força das redes como o *twitter*. O *twitter* é comercial, tudo bem, mas o que ele facilita para as pessoas se informarem, mudarem de rua porque tem um protesto e a polícia está chegando... É outra realidade política. É tão simples pegar o celular e ver o *twitter*. Então existe uma relação com a antiglobalização, mas é diferente.

XT: Os novos dispositivos tecnológicos permitem uma mobilidade conectada e orientada a esse fluxo de ação coletiva. Também permite que os vínculos sejam permanentes, porque antes as pessoas voltavam para casa e pronto. Seria necessário, de alguma maneira, tentar criar uma estrutura democrática para participar e tomar decisões com todo o movimento. Outro dia vi uma entrevista em que sonhavam com uma greve planetária para mudar a política. Claro, parecia uma coisa delirante, de ficção científica, mas também acho que estamos no começo de uma sociedade global emergente, de novas formas de ação política, de contágio e de empoderamento. Se o século 20 foi o século da consciência de classe, o século 21 vai ser o século da consciência de rede, da potência que têm as pessoas organizadas em rede.

HP: Eu acho que é polêmico, porque a gente volta àquela discussão clássica sobre quais são as novas composições desse conflito e como elas se colocam. Pois há um discurso que diz que todos são trabalhadores nessa rede horizontal, sem oposições, ao mesmo tempo em que nos confrontamos com novas formas de estratificação.

GA: Como essa rede vai se relacionar com a sociedade 'clássica'? Ouvimos coisas como "não há mais classe, agora é só a gente". A experiência na internet é bem heterogênea. A não diferenciação entre trabalho e lazer, para mim, está próxima da escravidão, por exemplo. E há hierarquias claras na internet.

BG: Mas muito menos que na sociedade. Eu acho que a hierarquia na rede é infinitamente menor que a do asfalto. Não dá para comparar.

GA: Eu entendo. Mas eu trabalho mais do que antes. Eu entendo bem a luta pela construção de uma outra internet. Vocês não são difusores do Google. Reconheço que exista uma diferença fundamental que a esquerda não entende muito bem. Mas ao mesmo tempo, tem uma crítica à esquerda possível que vem de uma classe emergindo, uma tecnocracia que está emergindo em um novo ciclo econômico. No momento, tem uma aliança tecnocratas/trabalhadores, mas em algum ponto do futuro a contradição entre eles vai aparecer: não é uma crítica absurda.

BG: Eu penso que é infinitamente mais democrática a participação na internet. Aqui no Brasil tem os pontos de cultura, pessoas que entram na *lan house* e são cidadãos digitais entre aspas.

XT: Sob uma perspectiva de análise, eu acho que existe aquilo a que muitos autores chamam de capitalismo cognitivo, um modo de capitalismo que é parte do capitalismo financeiro e do capitalismo tecnológico. Ele trabalha com a capacidade de interação e reprodução da informação. É onde o Facebook e o Google estão. Eles realizam um espólio da atenção e da cooperação e através disso estão constituindo grandes impérios. Eles são usados para fazer a luta, mas são um inimigo central porque são empresas capitalistas. Entretanto, a lei Sinde serviu para que as pessoas lutem contra isso, para que se organizem. Então eu acho que é muito importante que não haja um pensamento de que os grandes impérios estão explorando, pois também há o uso distribuído dessas tecnologias que estão dentro, mas também contra. Há uma luta muito importante que é sobre autonomia digital. Há projetos como o n-1⁸ e grandes projetos como a Wikipédia, que permitem que as pessoas se organizem melhor, de forma descentralizada, mais democrática e que auxiliam a gestionar os recursos de uma cidade. Essas coisas estão por se inventar. Aí entra também uma disputa tecnológica, já que há uma apropriação dessas ferramentas para outros fins. Não acho que devemos nos fechar em uma crítica econômica; quando eu falo de consciência de rede eu entendo mais como algo que se faz, e que se faz na luta. Então acho que a classe se faz na consciência de rede, nessa capacidade dos corpos de se conectarem através das

⁸ n-1 é uma rede social digital (<http://n-1.cc>) que utiliza o *software* Lorea (<http://www.lorea.org>).

máquinas para conseguir coisas e se auto-organizar. Se antes o espaço de organização da classe era a fábrica, hoje é a rede. O 15M, para mim, é um movimento dos pobres do mundo, dos precários do mundo, do 99% contra o 1%.

BG: Essa diferença é “a” diferença, os tecnocratas não podem impor as ideias, as tecnologias, as ferramentas. Tudo bem que o Facebook é inimigo, uma tecnologia da tecnocracia, das casas poderosas. Mas o que é importante é “como pensar” na sociedade em rede, mais do que nas tecnologias digitais. A TV está em declínio absoluto, não existe mais isso de todo mundo ver o noticiário às 8 horas, com notícias impostas de cima para baixo, isso é parte do passado. Eu acho que essa tecnocracia é muito menos poderosa e por isso mesmo o antagonismo de classe se disseminou, pela facilidade dos 99% se organizarem, criar redes autônomas independentes. Ainda, não é fácil, mas é simples. n-1 é um exemplo. Tem muitos outros casos de como é possível se organizar em rede além da tecnocracia e desse monopólio do poder que está aí com a lei Sopa, a lei Sinde.

XT: É uma forma nova de organização contra os poderes econômicos sociais. Também acho que é muito importante considerar que o processo de tecnologiação é irreversível. Ontem vi uma notícia anunciando que era possível comprar um *tablet* por R\$60,00.

HP: Mas a interface é péssima e o processador superlento. Digo isso só para gente não ficar em um ciberufanismo e dizer “não temos mais que ficar presos à televisão”. Os dez principais portais de internet correspondem a cerca de 98% do acesso mundial. Isso também coloca questões do tipo: cada pessoa é potencialmente produtora de conteúdo, mas se analisarmos a Wikipédia e o YouTube veremos que menos de 1% das pessoas que acessam produzem conteúdo para essas plataformas.

BG: Tem uma questão da neutralidade da rede que é superimportante. Temos que garantir uma rede neutra com acesso. Para mim o acesso à internet é um direito humano, ou seja, tem que ser adaptado aos tempos. Acesso à internet deveria ser obrigatório..., para todo mundo. Mas é uma luta que vai demorar, que é complicada. A conectividade vai além da internet, é possível ter pessoas conectadas pelos celulares, objetos nômades. Tem um cara francês, Jacques Attali, que escreveu um livro chamado Breve História do Futuro. Uma das coisas que ele fala é

sobre os objetos nômades, ou seja, pessoas com objetos conectados. O cara nem sabia que ia ter internet, *tablet*, *iPad*. Na África, esses objetos nômades existem sem internet. É possível, tem tecnologia suficiente para a sociedade se organizar, só que tem todo um poder tecnocrático que não quer que essa mudança aconteça.

HP: Agora, como que isso se traduz, talvez já entrando nos aspectos práticos e organizacionais do movimento e do ativismo político. A opção de fazer uso, por exemplo, em um primeiro momento, de Twitter, Facebook e depois, em um segundo momento, pensar em criar uma ferramenta própria e passar a utilizar o n-1. Quer dizer, como isso também aparece como uma questão, a do uso simultâneo, porque migrar para uma rede própria não significou deixar de utilizar essas outras, então o que essa reflexão está informando em termos de usar uma rede privada, própria. E aí, já entrando em outro tema, que para a gente é uma mudança paradigmática, porque diz respeito à segurança de informação, privacidade e publicização. Porque durante muito tempo a gente pensava a ação política e via uma certa necessidade de proteger as identidades, quer dizer, fazer uma ação em que os rostos estão protegidos. Todavia, o 15M e outras mobilizações recentes trabalharam com a opção de radicalizar a publicização. Talvez isso tenha influenciado também a decisão de poder utilizar o Facebook, não se importando com o registro e a mineração de dados para fins de *profiling*. Então, como que isso que é uma questão de ordem totalmente política mas também é informada pela decisão de uso de uma determinada tecnologia em detrimento de outra.

XT: Há três ou quatro anos já se pensava no potencial político das redes sociais e o que permitiria as pessoas se organizarem, mas em dois anos vai ser outra coisa. A questão é se as inovações e os usos sociais dessas ferramentas podem construir novas formas de emancipação em relação ao poder, de romper o monopólio que o poder tem. Quando surgiu a imprensa, os militantes ensinavam as pessoas a ler e aprendiam também a arte de editar. E agora a questão é quais são as formas mais tecnologicamente adequadas à organização. A geração que sai do 15M é a geração Facebook, Twitter, que são perfis de usuários distintos. Tem uma consciência crítica de parte dessa rede de que o Facebook é uma empresa e que, por um lado, coloca em perigo a privacidade e, por outro, tem a autonomia de líder de toda essa rede. Sendo assim, tanto o “Democracia Real Já” iniciou sua própria rede, parecida com o n-1, como uma parte do acampamento (das praças,

eu acho) também viu que era importante ter uma autonomia dos dados e das ferramentas, por isso o n-1 cresceu de 3000 usuários para 35000 nos primeiros meses. Ao mesmo tempo, se viu que era importante seguir nas redes sociais majoritárias, é como estar nas ruas. “Democracia Real Já” tem mais ou menos 420.000 seguidores no Facebook. É um capital de comunicação muito importante que você não pode dispensar. Tem muita gente que te segue, que participa com você e, de alguma maneira, em sua continuidade, porque os computadores são hoje em dia instrumentos não só de sociabilidade como também de trabalho. Você tem a sua vida e participa muito facilmente; eu sempre digo que o custo da ação está reduzido. Por outro lado, vejo que há uma dificuldade de sair dessa rede e ter as suas próprias porque são como seu lugar de intimidade. Você segue onde pode trabalhar, já o movimento tem que estar sempre migrando, de geração Facebook à geração Twitter. Muita gente, por exemplo, cresceu com o Twitter e isso gera uma certa cultura política.

BG: Eu acho até que poderiam trabalhar com duplas de trabalho; o n-1 para intimidade, com pessoas com quem você trabalha, confia, o Facebook para divulgação, para chegar às massas, e o *twitter* e o *streaming* para comunicar ao mesmo tempo em que ocorrem as ações.

HP: Mas era um dilema a polícia poder acompanhar, havia um projeto em tal lugar? O que significou isso em termos de modelo organizacional, o movimento incorporar a possibilidade de estar sendo vigiado?

XT: Dizemos que o movimento é de código aberto, tudo é público, estão vendo tudo o que está passando e é possível ir às atas das assembleias. Isso faz com que qualquer pessoa possa participar a partir do seu computador. Há milhares de canais de comunicação e todos são abertos, permitindo que, ou de casa ou das assembleias, as pessoas participem. Por um lado, isso possibilitou a inclusão, porque se altera a dinâmica do movimento social em que se tem um grupo de confiança, que é, de alguma maneira, identitário e fechado, passando agora a ser um movimento com uma vivência contínua e com uma diversidade incrível. O movimento tem um caráter de cultura pública, com um reconhecimento de atividade social, que também leva a um posicionamento público de sua vida digital em torno do movimento. Isso faz com que seja mais fácil de monitorar, em compensação é muita gente. Não são centenas de pessoas, mas centenas de milhares de pessoas ou milhões de pessoas falando, participando, e é difícil monitorar tanta gente.

HP: Nesse caso, como se apresenta o problema das estruturas de poder informais, que surgem no interior das organizações ou manifestações, teoricamente, sem estruturas hierárquicas? Isso se manifestou nos processos das praças, porque têm muitas pessoas se manifestando, mas algumas acabam tendo um papel mais proeminente. Isso se manifestou tanto na dinâmica digital quanto nas dinâmicas das praças? Quero dizer, há uma diferença nessa dinâmica que se dá no espaço cibernético e no espaço da praça, no espaço analógico? Como se enfrentou essas questões das estruturas informais? Desenvolveram protocolos pra lidar com esse conflito?

XT: Não sei, era difícil. Nas praças era difícil tomar decisões. Por um lado porque não havia um método definido de antemão. Havia um desejo de que fosse por consenso, mas quando se tinha uma assembleia de 300 pessoas era difícil que todas estivessem de acordo com uma questão. A princípio, pensávamos que havia formas muito fáceis de bloquear uma decisão coletiva por poucas pessoas, mas foi se criando uma cultura de incorporar essas críticas ao consenso. Tomar decisões coletivas demorava muito, havia decisões formais das assembleias que eram difíceis. Às vezes tinha que discutir a própria organização dos grupos de trabalho, das comissões, de toda essa estrutura que era muito ampla e que foi crescendo a ponto de gerar muita burocracia. A questão não era um indivíduo decidir a próxima ação, mas como construir a ação com o consentimento de todos que estavam acampados. Aí havia uma coordenação mais intuitiva e informal pela importância de alguns atores importantes dos movimentos ou, às vezes, espontâneas, que saíam da rede. Dentro dos acampamentos houve conflito em relação à comunicação: “temos que levar essa linha”, “não, é melhor levar essa outra”, “temos que comunicar o que disseram a todas as comissões dos acampamentos”, são questões complicadas. Às vezes, eram dimensões mais operacionais, mais produtivas de inteligência distribuída das habilidades e saberes distintos. Mas, às vezes, também era difícil construir essa inteligência distribuída, pois havia muita desorganização.

BG: Eu acho que você criou uma ideia bacana de que o processo é tão importante quando o objetivo final. O que a gente tinha perdido na democracia representativa, de ficar juntos em uma rede, ou na praça discutindo ou votando, esse processo onde você pensa, debate, fala, troca ideias gera consenso... Essa evolução é importante no 15M, de considerar o processo como parte do objetivo. Não ter o objetivo tão

claro de querer “A”, o que a gente quer é um processo de comunicação, interação, pensar em conjunto. Se é lento? É. É difícil? É. Todas essas decisões tomadas foram complicadas, algumas intuitivas, mas houve processo de diálogo, de sociedade, de interação. Acho que esse processo de diálogo e esses vínculos que foram reconectados são importantes, porque, na Espanha dos anos 30, foram quase dez anos autogovernados, com governos populares, coletivos anarquistas, comunistas e esse pró-comum, esse *commons* digital já tinha nos anos 30 na Espanha, um país de comuna. Pessoas, células independentes que viram um ser comum, uma inteligência comum, coletiva, forte, que não tem como parar.

XT: Havia momentos em que existia um comum que alimentava as singularidades, caminhavam junto. Depois, havia um monte de singularidades tentando que o comum fizesse o que eles queriam, como, por exemplo, o momento de lançar convocatórias todos os dias, mas as pessoas não podem ir todos os dias às manifestações. Tem que preparar também as mobilizações e acontecimentos para que aconteçam. O 15M é também uma estrutura de confiança, você confia em determinados atores ou redes que funcionam e que se lançam a outros. Acho que isso foi importante, a rede de confiança que diz e propõe coisas. Isso é construído através da reputação das coisas que você faz. Eu vi que determinada pessoa fez um trabalho interessante em determinadas ocasiões e por isso a sigo. Algumas são ideias ruins, por isso acabam não tendo tanto impacto.

Eu, apesar de ser muito otimista com a rede, vejo problemas internos também. Para fazer a campanha do 15M, que havia um plano, uma estratégia, era mais fácil porque as pessoas cooperavam, mas quando não se tem um plano claro é mais difícil fazer esse acordo. E é isso que acontece agora, “quais são os passos seguintes?”. Quando está mais claro sobre o que se tem que fazer, você soma e participa da parte em que melhor pode contribuir. Mas quando não está claro, há dificuldades. Agora também estava se vendo conflitos de participação na rede digital, não é tão fácil fazer esse acordo. Há problemas de missões, de como funciona a identidade no mundo digital e os problemas que ela traz. Tem *trolls*. Tem o problema de tomar decisões coletivas na internet. Acho que temos problemas também em como construir comunidades *on-line*, de como se produz seu protocolo, normas. Como se constrói essa rede de confiança, funcione ou não funcione. Não é tão fácil criar uma campanha exitosa na rede.

BG: O que você acha que é mais importante agora: fixar-se no funcionamento interno e nas formas de decisões internas ou encontrar um objetivo comum prioritariamente próximo?

XT: As duas coisas são importantes. Elas devem acontecer de forma paralela, como tomar as decisões coletivamente e como o movimento volta a ter um grande momento de concentração e estratégia. Agora creio que o impasse do movimento é esse, sobretudo porque vai começar o governo do PP com maioria absoluta, e vai ser um governo que vai tentar impedir que as pessoas tomem as ruas. Então estamos em um momento de medo, de confrontação. Seria inteligente não cair na armadilha de entrar em um combate frontal, devemos superar o poder com uma grande legitimidade moral. Tem uma frase que eu gosto muito, dita por um amigo meu, perto da minha casa. Perguntei a ele o que pensava do 15M. Ele responde: “é muito bom. É como um Gandhi, mas com internet”. Me parece uma definição superpotente. Como a capacidade, legitimidade ética e moral de muita gente que sai para dizer que a política somos todos nós juntos, de desobedecer civilmente. Marcando os limites do pacífico para manter essa legitimidade enquanto se comunica pela internet. Esse jogo tem que se manter aí porque o poder vai tentar criminalizar. Outro desafio é como a esquerda e os sindicatos vão se mover no contexto do governo do PP.

BG: Tivemos manifestações incríveis em Madrid, Barcelona, de 2 milhões de pessoas contra o PP. Agora, provavelmente, a oportunidade é de mobilizar uma parte da esquerda que vota nos partidos de esquerda. Seria interessante agora unir-se a eles ou ao menos não pôr tantas barreiras.

XT: O problema é que as regras do jogo mudaram. A questão é se a história da esquerda, os sindicatos etc. vão assumir a lógica de um movimento distribuído, sem identidades tão fortes. Eles são um movimento representativo que trata de conseguir reconhecimento para sua identidade. Para defendê-las de sua própria crise, mas não para construir em comum com outros.

Tem também a questão de se os sindicatos vão convocar uma greve geral mais pra frente. E se o fizerem, como vão fazer. De que maneira vão participar..., porque havia um debate sobre isso no movimento, se o movimento partidário deveria convocar uma greve, e a gente defendia que deveríamos fazer uma greve hoje, por conta dessa

neutralidade, dessa descentralização da comunicação. Não é tanto se centrar nas fábricas, senão em toda essa fábrica social que é a cidade. Então o que significa para o movimento fazer uma greve hoje? Fazer uma greve para conseguir o que? Em nome de quem? Contra quem? É mais difícil.

BG: Esse movimento é pós-industrial. Na Europa, na Espanha 15% da economia é indústria, tirando regiões como Norte e Catalúnia, ou seja, o movimento é pós-industrial, uma greve não tem o mesmo sentido que um século atrás. Como as classes operárias contra os caras que tem o poder dos meios de produção.

GA: Mas é como o Xavier Toret falou, onde esta a produção do valor? Esta questão é latente, e se for bem equacionada os meios sindicais podem atender. Mas o que é uma greve cognitiva então?

BG: É uma greve né, negar a exploração.

GA: Sim, o primeiro passo seria fazer entender que quem produz o valor sou eu, somos nós, é o meu pensamento, minha ação. Eu vou furtrar esse trabalho à exploração nesse dia de greve. Eu vou criar um indicador na economia geral que aponta que sou esse 3% do PIB, algo assim.

XT: O problema é como bloquear a produção quando a riqueza da produção se dá na sociedade e não no setor fabril.

GA: É, esse é o desafio.

XT: Porque seria parar a cidade. Outra questão para mim é o que quer o movimento. Qual é a demanda. Porque para mim a demanda seria “a riqueza produzimos nós”. Então tem que haver uma renda universal que seja independente do trabalho. Temos que pensar em outras formas de democracia, que inclua não só mecanismos de participação, mas também de distribuição da riqueza.

HP: E essa é uma demanda que já é formulada como consenso?

XT: Não. Há uma crítica mais econômica sobre o controle da marca pública. Há, por exemplo, um grande debate sobre tirar dinheiro dos bancos. Se fala também de renda básica em alguns setores, mas acho que o movimento, em algum momento, tem que ter esse ponto como claro.

*Gavin Adams é artista e pesquisador. Sua pesquisa e atuação política partem dos paradoxos do momento contemporâneo.

*Henrique Z. M. Parra é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Sociólogo de formação, fotógrafo e ativista por opção. Localizável em: polart@riseup.net ou <http://www.pimentalab.net>

Edição Gisella Hiche, Henrique Parra e Gavin Adams

Transcrição: Renato Aymbere

Gravação audiovisual: Angélica Del Nery